

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E INCLUSÃO DO SURDO

JULIANE ALVES RIBEIRO DE MOURA¹; CLEIDE INÊS WITTKE²

¹Universidade Federal de Pelotas – ju.ufpel@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cleideinesw@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O ingresso de pessoas surdas nas Instituições de Ensino Superior (IES) tem sido mais frequente nos últimos anos. O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, que tem como objetivo pesquisar a respeito da acessibilidade comunicacional entre surdos e ouvintes no ensino superior, mais especificamente, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A presença de surdos nas IES decorre de diversos fatores, entre os quais o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação e de normativas assegurando os direitos de acessibilidade em processos seletivos para alunos e servidores. Entretanto, o ingresso dos surdos em um contexto majoritariamente ouvinte traz à tona a questão da língua e, conseqüentemente, a barreira comunicacional. Nesse sentido, NOGUEIRA, CARNEIRO e NOGUEIRA (2012) enfatizam que a comunicação adequada entre ouvintes e surdos é a condição primeira para um ambiente realmente inclusivo. Conforme SOUZA (2007, p. 59), “as relações das pessoas surdas com o entorno estão mediatizadas não apenas por sua peculiaridade linguística e comunicativa, mas também pela forma como o entorno ouvinte reage e atua diante dessas características”. Para ALMEIDA (2015, p. 43) não existe uma política de fortalecimento da Língua de Sinais em todos os espaços acadêmicos, pois, segundo o autor, “eles ficam sozinhos no meio dos outros, muitas vezes excluídos das informações mais básicas que ocorrem nas universidades”.

Em razão do reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação, pela Lei nº 10.436/2002, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, diversas ações vêm sendo implementadas para garantir o acesso dos surdos a diferentes espaços da sociedade, na sua própria língua. Diante desse quadro, objetivando atender a legislação que estabelece o percentual de cinco por cento de servidores com capacitação básica em Libras, e com o intuito de possibilitar o acesso às informações e proporcionar o atendimento adequado aos serviços prestados, a partir de 2009, a UFPEL passou a disponibilizar cursos presenciais de Libras para seu quadro de servidores técnicos e de docentes.

Atualmente a UFPEL tem alunos surdos matriculados em diversos cursos e também professores surdos que compõem o quadro de docentes da Instituição. Em vista disso, considerando as ações implementadas ao longo de 10 anos na instituição, pretende-se investigar os motivos pelos quais ainda persistem as barreiras na comunicação interpessoal nessa IES.

2. METODOLOGIA

Neste momento da presente pesquisa, estamos realizando uma revisão bibliográfica referente ao tema acessibilidade comunicacional, concernente à questão dos surdos. Além disso, em relação às capacitações no uso de Libras, estamos iniciando uma pesquisa qualitativa, com o intuito de investigar tanto o percentual de servidores da UFPEL capacitados, quanto a efetiva realização do atendimento diferenciado, nos diferentes setores, cujo efeito é a acessibilidade comunicacional dos servidores surdos na IES. Estamos na primeira fase do trabalho, ou seja, selecionando e lendo o material, on-line e impresso, existente sobre o assunto em foco. Na sequência, será montado um instrumento, por meio de dados estatísticos da IES e de entrevistas com servidores da UFPEL – surdos e ouvintes –, com vistas a construir um *corpus* adequado para responder o objetivo proposto neste estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já dito, o presente estudo está em andamento e, nessas condições, na primeira etapa realizamos um levantamento dos servidores capacitados em Libras, com base nos dados dos registros da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e do Portal Institucional da UFPEL. Constatamos que, do total de servidores da instituição, 3,09% dos servidores concluíram o curso básico (Introdução à Libras e Libras Básico) e 0,97% concluíram o curso básico e outro (Intermediário ou Avançado).

Preliminarmente, já é possível perceber a necessidade de ampliar os cursos já existentes, bem como diversificar as ações em educação ofertadas pela PROGEP, tais como rodas de conversa, participação em grupos de estudo, oficinas e outras mais. Acreditamos que tais medidas possam não só divulgar o uso de Libras, mas também sensibilizar os servidores, melhorando, assim, a qualidade do atendimento ao público.

Tabela de servidores capacitados

	Introdução à Libras	Libras Básico	Libras Intermediário	Libras Avançado	Total por Unidade
CA	1	1			2
CCQFA	3	3		3	9
CDTEC	1				1
CENG	1				1
CIM		1		1	2
CLC		1			1
ESEF	2		1		3
FAEM	1	2			3
FAMED	4	3		1	8
FAT	4				4
FD		1			1
FN			1		1
FV	3	1		1	5
FO		1			1
GR	1	3		1	5
GVR	5	2	1	1	9

HE	2	5		2	9
IB	4	2	3	2	11
ICH		2			2
IFISP	1	2		2	5
PRA	1	5		4	10
PRAE	1	1			2
PRE	2	1	1		4
PROGEP	5	3	1	1	10
PROGIC	1				1
PRPD	1	1			2
PRPPGI	1				1
Total	45	41	8	19	113

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora, baseada nos dados da PROGEP até dezembro/2018.

4. CONCLUSÕES

A revisão das ações de políticas públicas implementadas na UFPEL é imprescindível, pois contribui com o alinhamento dos resultados esperados e a efetiva aplicabilidade do conhecimento adquirido, resultando na transposição das barreiras existentes, aqui, no caso, do atendimento em Libras. Ademais, percebemos a necessidade de serem instituídas ações diversificadas, visto que somente o cumprimento das exigências das normas legais não é suficiente para possibilitar uma inclusão efetiva. Essas ações devem ser contínuas para que alcancem efetivamente seus objetivos, promovendo a acessibilidade de modo sistemático e funcional, através do conhecimento da Língua de Sinais e também da cultura surda.

Ainda, esperamos, a partir da realização desta pesquisa, demonstrar a necessidade da análise da implementação dessas ações, vinculadas ao ingresso do aluno ou servidor surdo em uma determinada unidade.

Nesse sentido, defendemos haver a necessidade da reavaliação das atuais ações instituídas no ensino da Libras, no intuito de permitir a interação entre surdos e ouvintes, pois a comunicação é fundamental em todos os ambientes da Instituição. Além disso, entende-se que o surdo tem o direito de se comunicar com os outros e ser compreendido através da utilização da sua língua própria, ou seja, da Libras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, W. G., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus: Editus, 2015. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788574554457>

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 26 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.h. Acesso em 26 jul. 2019.

NOGUEIRA, C. M.; CARNEIRO, M. I. N.; NOGUEIRA, B. I. **Surdez, libras e educação de surdos**: introdução à língua brasileira de sinais. Maringá, 2012.

SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N.; ARANTES, V. A. (org.). **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.